



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

A EXPERIÊNCIA DE ESTIGMA EM JOVENS EM CONFLITO COM A DESIGUALDADE DE GÉNERO

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

Catarina Monteiro de Oliveira

Porto, julho de 2019



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

A EXPERIÊNCIA DE ESTIGMA EM JOVENS EM CONFLITO COM A DESIGUALDADE DE GÉNERO

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

Catarina Monteiro de Oliveira

Trabalho efetuado sob a orientação de
Prof.^a Doutora Alexandra Carneiro e Prof.^a Doutora Luísa Campos

Porto, julho de 2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um especial agradecimento à Prof.^a Doutora Luísa Campos e à Prof.^a Doutora Alexandra Carneiro pelo modo como comigo colaboraram e me ajudaram ao longo de todo o percurso.

A todos os professores que me transmitiram os seus conhecimentos durante todo o meu percurso académico, tendo sido uma mais-valia para alcançar os meus objetivos.

À minha família, em especial à minha Mãe, ao meu Pai e à minha Irmã, por nunca desistirem de mim, por acreditarem nas minhas capacidades, por me motivarem principalmente nos dias mais difíceis e por serem o meu porto-de-abrigo.

Ao Miguel, por ser a estrela mais brilhante do meu céu, por me ter tornado mais forte e por me dar força para lutar todos os dias.

À Locas, por todo o carinho, amizade e companheirismo durante todos estes anos.

À Calção, por todos os momentos de estudo, por todos os enxugar de lágrimas, pelo companheirismo e pela amizade durante todo o percurso académico

À Piglet, por me ter ajudado sempre, por me acalmar nos momentos de maior nervosismo e por ser se ter tornado numa amiga tão especial.

À Bibi, à Magui e à Mafalda, por terem acreditado sempre em mim e me terem motivado quando eu achava que não ia conseguir e por estarem ao meu lado nos bons e nos maus momentos.

Deixo um agradecimento especial a todos os meus amigos que de uma forma ou de outra fizeram a diferença no meu percurso.

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico	2
Participação social	2
Ativismo de género.....	5
Estigma	6
3. Método	9
Participantes.....	9
Instrumentos	10
Procedimentos	12
i. Recolha de dados	12
ii. Tratamento de dados.....	13
4. Apresentação e discussão dos resultados	13
5. Conclusões	25
6. Referências bibliográficas	27

Lista de anexos

Anexo I – Árvore de categorias

Anexo II – Sistema de categorização

Resumo

O ativismo juvenil diz respeito às respostas dadas pelos jovens, com intenção política e social, onde expressam as suas expectativas e preocupações com o intuito de promover a mudança das normas sociais. Normalmente, estes jovens evidenciam formas críticas de empenho cívico, nas quais são motivados a colocar em causa estatutos privilegiados, procurando melhores alternativas para si e para os seus grupos de pertença.

Assim, o principal objetivo deste estudo centrou-se na exploração da perceção das possíveis experiências de estigma por parte de jovens em conflito com a desigualdade de género.

Neste estudo participaram 18 jovens, 13 dos quais do género feminino, com idades compreendidas entre os 17 e os 32 anos. Seguiu-se uma metodologia de cariz qualitativo, com recurso a entrevistas semiestruturadas.

Dos discursos dos jovens foi possível identificar a existência de estigma associado aos jovens em geral e, especificamente, a grupos de jovens “em conflito”; bem como, identificar os fatores de risco e proteção de experiência de estigma e alguns impactos de experiências de estigma. Os resultados deste estudo são, assim, relevantes para a compreensão dos jovens ativistas pela igualdade de género em geral, nomeadamente quanto à forma como consideram ser percecionados pela sociedade, como experienciam estigma, como fazem percursos desde o estigma até participação social, bem como para conhecer os fatores de risco e de proteção de experiência de estigma e qual o impacto desta experiência a nível psicológico e social.

Considerou-se como limitação o facto de o guião de entrevista não ser totalmente direcionado para os objetivos deste estudo.

Em estudos futuros seria oportuno abordar as experiências de estigma face à saúde mental especificamente em jovens em conflito com a desigualdade de género e explorar o ativismo juvenil em Portugal, possibilitando a compreensão de como potenciar o envolvimento dos jovens em causas sociais e colocando em evidência as dificuldades que enfrentam.

Palavras-chave: Jovens; Conflito; Estigma; Participação Social; Ativismo; Desigualdade de Género

Abstract

Youth activism relates to the socially and politically inclined actions of young people, in which they express their expectations and worries in order to promote changes in social norms. Activist youths usually exhibit a critical form of civic engagement, in which they bring into question what they perceive to be privileged status, in the search for better alternatives for themselves and the group to which they belong.

The study presented here focuses on exploring the perceived experiences of stigma by young activists for gender inequality.

18 youths participated in this study, 13 of which were female. Ages ranged from 17 to 32 years old. A qualitative method was used, employing semi-structured interviews.

From the discursive responses of the sample population, the existence of a stigma was identifiable and particularly so in those who participate in the conflict against gender inequality. It was also possible to identify risk factors, as well as certain protective ones, in the experiences of those who were victims of stigmatization. The results of this study are, therefore, relevant in understanding better gender inequality youth activists and in particular, how they perceive they are understood by society, how they perceive the stigma against them, how they made their journey from victims of stigmatization to activists and also to understand the protective and risk factors of the experience of stigma, and its social and psychological impact.

The fact that the guide for the interviews was not totally directed to the objectives of this study was considered as a limitation.

In future studies it would perhaps be considered appropriate to approach the experiences of stigma towards mental health, specifically in youth activists for gender inequality, and to explore youth activism in Portugal. This way it would be possible to improve the understanding and therefore enhance young people's involvement in social causes by putting difficulties they face under the spotlight.

Keywords: Young; Conflict; Social Participation; Activism; Gender Inequality

1. Introdução

O presente estudo integra o projeto de investigação PROMISE - Promoting youth Involvement and Social Engagement: opportunities and challenges for “conflicted” young people across Europe, que envolveu doze entidades colaboradoras em dez países europeus diferentes. O projeto decorreu entre maio de 2016 e abril de 2019. Foi coordenado por uma equipa da Universidade de Manchester e liderado pela Doutora Jo Deakin. Em Portugal, foi desenvolvido por uma equipa de investigadores da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, liderada pela Prof.^a Doutora Raquel Matos (<http://www.promise.manchester.ac.uk/pt/pagina-inicial/>).

O projeto PROMISE procurou compreender o papel dos jovens na construção da sociedade, investigando as suas respostas aos desafios e conflitos que enfrentam, bem como explorando os modos de transformar estas respostas em realizações sociais positivas. Um conceito central do projeto PROMISE, e, conseqüentemente, do presente estudo, é o “conflito”. Neste âmbito, assumiu-se no âmbito do projeto PROMISE, que jovens em “conflito” são jovens que se encontram em confronto com a sociedade e/ou que não estão de acordo com as regras sociais estabelecidas, independentemente do próprio perceberem como estando em conflito ou não.

No projeto PROMISE, mais especificamente, nos estudos de caso em Portugal, foram considerados dois grupos de jovens em conflito: um grupo de jovens com um percurso de risco psicossocial e comportamento desviante; e um outro grupo de jovens ativistas em questões de género. O presente estudo centra-se no grupo de jovens ativistas em questões de género, encontrando-se estes em conflito com a sociedade relativamente à desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Assim, o objetivo geral deste estudo é compreender a possível experiência de estigma por parte de jovens em conflito com a desigualdade de género. Diferentes projetos internacionais centrados na promoção da participação social dos jovens, enfatizaram a importância do seu envolvimento na investigação da ação social (Matos et al., 2015) para, desta forma, ser dada oportunidade de se expressarem relativamente à justiça social e proporem soluções para possíveis problemas, com foco nas mudanças sociais positivas (The Children’s Legal Centre, 2006).

Assim, e partindo das recomendações mencionadas, este estudo torna-se pertinente, uma vez que pretende dar oportunidade aos jovens em conflito com as desigualdades de género, de se expressarem e de se fazerem ouvir, procurando contribuir para uma

compreensão mais alargada das suas experiências e consequências das mesmas ao longo da sua vida.

Torna-se pertinente estudar o estigma nos jovens em conflito com a desigualdade de género, pois este é um fenómeno que tem um impacto alargado e profundo na vida dos indivíduos: limita, condiciona, causa prejuízo ao nível da autoestima, do autoconceito, da qualidade de vida, do suporte social e atua como barreira ao desempenho dos papéis sociais. A pertinência e relevância de estudos sobre o estigma pretendem acrescentar conhecimentos para um maior entendimento destas experiências (Crocker, Major & Steele, 1998; Jones et al., 1984; Link & Phelan, 2001).

O presente estudo divide-se em quatro partes. Na primeira parte será realizado um enquadramento geral do tema, onde serão abordados os temas da participação social, do ativismo de género e do estigma. Na segunda parte abordar-se-á o método, onde será apresentada uma fundamentação sumária das opções metodológicas tendo em conta os objetivos definidos, a amostra/participantes os instrumentos e os procedimentos de recolha e tratamento de dados. Na terceira parte apresentar-se-á os resultados e a discussão dos mesmos, integrando e discutindo à luz da literatura. Por fim, a última parte consiste nas conclusões, apresentando a síntese das principais conclusões, limitações, sugestões de investigação futura e implicações do estudo.

2. Enquadramento teórico

Participação social

O século XX, em Portugal, foi marcado pelo período de ditadura do Estado Novo (1933 a 1974) e, enquanto que, noutros países se verificaram mudanças políticas, sociais e culturais notáveis, Portugal permaneceu um país estagnado, caracterizando-se por uma cultura conservadora, religiosa e familiar, uma economia protecionista baseada principalmente na agricultura de subsistência e na indústria incipiente, e uma população rural maioritariamente analfabeta (Barreto, 2002). As Guerras da Independência em diversas colónias portuguesas em África forçaram os jovens a alistarem-se nas forças militares o que conseqüentemente contribuiu para o aumento dos movimentos de emigração e da depressão social e económica do país. Os fatores que vieram a impedir a participação social e o direito a que as pessoas tivessem voz para reivindicar os seus direitos foram principalmente a repressão política e a perseguição, a ausência de liberdade de expressão e os valores conservadores (Arroteia, 2001;

Matos, 2016).

Os estudantes de classe média alta, devido a terem acesso a trajetórias escolares prolongadas e terem contacto com novas experiências e ideias, foram particularmente relevantes na criação e apoio de estruturas e iniciativas antifascistas e anticoloniais nos anos 1960 e 1970. Após a revolução democrática (25 de abril de 1974), os focos voltaram-se para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, para o aumento do crescimento económico e dos padrões educacionais, com o objetivo de aumentar o bem-estar geral da população (Barreto, 2002).

O período posterior ao ano de 1974 contou com o ativismo político, com a literatura, arquitetura, artes visuais e movimentos musicais, que definiam tendências de uma geração jovem fortemente envolvida, tornando-se nas décadas posteriores, uma referência simbólica nacional, em diversas dimensões sociais. Neste âmbito, surgem como sendo de especial relevo as questões da participação social, devendo esta ser entendida como um processo no qual os indivíduos participam a partir de decisões nas instituições, nos programas e nos ambientes que os influenciam, começando, ainda, a ocupar um papel relevante em disciplinas como a Ciência Política, as Ciências Sociais e a Psicologia Comunitária (Cicognani et al., 2008; Heller & Monahan, 1977; Wandersman & Florin, 2000). O género foi considerado uma dessas dimensões e, deste modo, ocorreram melhorias no equilíbrio de género, no que diz respeito à educação, ao mercado de trabalho, à lei e à vida familiar (Pappámikail, 2011). Ainda neste período foram realizados diversos esforços para obter uma maior participação social, cultural e política das mulheres na sociedade portuguesa, tais como, as profissões na administração pública (e.g., carreiras diplomáticas e judiciais). Estes esforços levaram à inclusão feminina, vários direitos dos homens sobre as mulheres foram abolidos e as mulheres passaram a ter direito de voto sem qualquer restrição (Matos et al., 2018).

Nos últimos anos, a participação social dos jovens, tem sido alvo de uma atenção especial na literatura científica, uma vez que, entre outros aspetos, o seu envolvimento ativo na sociedade é considerado um indicador de bem-estar psicológico, social e de sentido de pertença na sociedade (Cicognani et al., 2008; Prilleltensky, Nelson & Peirson, 2001). Segundo Smetana e colaboradores (2006), contribuir, durante a adolescência, para a vida em comunidade por meio da participação social, aumenta a autoeficácia, o controlo pessoal, as competências de liderança, o sentimento de coesão e a responsabilidade social.

As diferentes formas de participação social são determinadas por questões decorrentes da comunidade, tais como, a cultura, as normas, os valores e as instituições (Cicognani et al., 2008), sendo que as condições de vida precárias, em conjunto com a pobreza e a desigualdade

social, proporcionam dificuldades acrescidas a esta participação (Carrano, 2012; Ginwright et al., 2006). Com o intuito de combater estas dificuldades, os jovens procuram influenciar políticas públicas e mudar práticas institucionais, maioritariamente focados na justiça social. É possível identificar diferentes formas de participação social dos jovens, nomeadamente através de voluntariado, da intervenção social ou de alguma mudança que por si gera conflito com a ideia enraizada na sociedade, como é o caso da desigualdade de género (Kahne & Westheimer, 1996). Importa referir que a participação social pode ser de vários tipos, sendo um deles o ativismo. Por ativismo entende-se um conjunto de ações, de dimensão coletiva/individual, com vista a mudanças sociais ou políticas (Larson & Hansen, 2005). Por jovens “em conflito” entende-se que são jovens que não estão de acordo/não se comportam/não pensam de acordo com as normas previamente estabelecidas. A participação social destes jovens não deverá ser necessariamente entendida como uma contribuição marginal (Flanagan & Sherrod, 1998; Morgado & Oliveira, 2009).

Considera-se, assim, que o conflito diz respeito a todas as experiências de participação dos jovens no ativismo e que conduz, conseqüentemente, a assumir ações em prol da igualdade, da justiça e da emancipação (Castro, 2008; Rancière, 1992). O ativismo assume várias formas, sendo uma delas o ativismo juvenil, que diz respeito às respostas dadas pelos jovens, com intenção política e social, onde expressam as suas expectativas e preocupações com o intuito de promover a mudança das normas sociais (Checkoway & Richards-Schuster, 2003; Kahne & Westheimer, 1996; Larson & Hansen, 2005). Normalmente, estes grupos evidenciam formas críticas de empenho cívico, nas quais são motivados a colocar em causa estatutos privilegiados, procurando melhores alternativas para si e para os seus grupos de pertença (Ginwright et al., 2006). Portanto, e segundo Ginwright e colaboradores (2006) e Kirshner (2006), uma característica que define jovens ativistas é a coletiva, pois os jovens tendem a unir-se conforme os seus ideais, de modo a partilharem informação e a procurarem formas de ativismo grupal.

Nas últimas décadas, a maioria dos jovens tornou-se mais consciente dos desafios sociais enfrentados pelas mulheres. Assim, o envolvimento dos jovens em iniciativas e causas sociais e culturais cresceu, nomeadamente no âmbito da igualdade de género. É possível afirmar que o ativismo de género começou a ganhar relevância social em Portugal com a segunda e a terceira ondas feministas que ocorreram no final dos anos 60, 80 e 90 e que mudaram a forma como os portugueses entendiam os direitos das mulheres (Pappámikail, 2011).

Ativismo de género

Especificamente, em Portugal, constata-se que existem cada vez mais jovens a demonstrar o seu descontentamento com a desigualdade de género (Cunningham & Rious, 2015). Apesar de que, como Banyard (2010) afirma, estamos a viver uma ilusão de igualdade, sendo que a informação transmitida é de que os movimentos feministas não são mais necessários no âmbito das desigualdades. No que diz respeito às questões de género, a literatura evidencia que ainda é perceptível uma ausência de discussão pública, embora comece a ser mais frequente em contextos privados (Pereira & Santos, 2014).

Geralmente, os jovens envolvidos no ativismo de género tendem a ser mais instruídos (Offe, 1985), mais envolvidos na política (John & Mayer, 2017) e mais preocupados em pertencer a redes e entidades coletivas orientadas para este tipo de ativismo (Melucci, 1989). Este ativismo segue uma política de diálogo e cooperação, em que um dos objetivos consiste em reconhecer que as mulheres e outras pessoas têm identidades diferentes, mas também se reúnem sobre questões específicas (Cockburn, 2007), tais como a sua preocupação com a interseccionalidade (Davis, 2008).

A igualdade de género é percecionada como uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, caracterizando-se como um requisito necessário e fundamental para a igualdade social, política e económica, desenvolvimento e paz (Jackson, Fleury, & Lewandowski, 1996). De forma global, relativamente à desigualdade de género, os jovens ativistas ambicionam que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas (Jackson et al., 1996) e beneficiem das mesmas condições no acesso à educação, às oportunidades de trabalho, à carreira profissional, ao acesso à saúde e ao poder e à influência do seu género (Associação para o Planeamento de Família, 2017).

Durante as últimas décadas, os estudos realizados no âmbito da desigualdade de género passaram a considerar outros critérios de diferença, tais como, a classe, a raça ou a orientação sexual, sublinhando a relevância dos mesmos para entender as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Para além destes critérios de diferença, passou-se a considerar e, tal como referido anteriormente, a interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw (1990), com o objetivo de dar ênfase à existência de vários eixos de desigualdade (e.g., raça, etnia, género) que, tal como, numa grande cidade, as avenidas transcorrem de modo independente, contanto, contudo, com múltiplas e variadas intersecções (Crenshaw, 1990).

Neste sentido, as problemáticas relacionadas com a desigualdade de oportunidades

entre géneros estão a caracterizar-se cada vez mais como controversas, sendo que, o género feminino permanece, em grande parte, em desvantagem relativamente ao acesso a oportunidades em comparação com o género masculino, na maioria das sociedades. O feminismo, o ativismo de género e os estudos de género têm etiologias distintas, identidades e significados próprios, contudo, todos se focam no mesmo objetivo, ou seja, na igualdade de género (Segun et al., 2017).

A literatura sublinha o facto de que o feminismo é ainda mal compreendido pela sociedade em geral (da Silva, Scarparo & Strey, 2013; Percopio & Ramsey, 2017). Da Silva e colaboradores (2013), na sua investigação acerca da relação das mulheres contemporâneas com o feminismo, enfatiza que uma parte dos indivíduos considera que as mulheres se querem vingar dos homens ou fazer com que os mesmos estejam na posição delas e passem pelo mesmo. Segundo Percopio e Ramsey (2017), estas associações são caracterizadas como estigma socialmente divulgado e que, posteriormente, analisadas revelam o objetivo de terminar com as lutas e as conquistas de igualdade de género, isto é, o facto de parte dos indivíduos considerar que a igualdade já foi conquistada e que, atualmente, as mulheres pretendem apenas atingir os objetivos referidos anteriormente, acaba por terminar com as lutas e conquistas adquiridas pelas mulheres (da Silva et al., 2013).

O ativismo de género pode ser encarado pela sociedade de duas formas, sendo que, numa os jovens poderão adquirir discernimento, habilidades cognitivas e capacidade de organização; na outra é encarada como doutrina para a ilegalidade, caracterizando-se pela irracionalidade, violência e desvio (Ginwright, Noguera & Cammarota, 2006; Larson & Hansen, 2005; Smelser, 2011; Useem, 1998). Larson e Hansen (2005) referem que os jovens inseridos na doutrina para a ilegalidade são injuriados e reverenciados, vistos como idealistas ou anarquistas criminosos. Os jovens ativistas são normalmente associados a características relacionadas com as imagens estereotipadas de “rebeldia”, “selvageria” e “transgressão”, sendo percecionados como jovens com comportamentos desviantes (Freire Filho, 2007). Os atos caracterizados como desviantes e praticados pelos jovens podem ser mais propícios a sanções negativas, sendo que o estigma está vinculado ao desvio como uma violação das expectativas normativas. Tal leva a que os jovens com comportamentos percecionados pelos outros como conflito possuam maior probabilidade de ser estigmatizados (Larson & Hansen, 2005).

Estigma

O estigma refere-se às atitudes e comportamentos previamente aprendidos pela

sociedade relativamente a grupos minoritários (e.g., indivíduos com problemas de saúde mental). Estas atitudes e comportamentos são utilizados com o intuito de bloquear, intencionalmente ou não, as oportunidades de vida dos indivíduos considerados minoritários. O estigma é uma avaliação negativa realizada relativamente a um indivíduo que apresenta características vistas como diferentes pelos outros (Corrigan, 2004).

Neste sentido, o estigma ocorre quando grupos sociais aplicam estereótipos em relação a um grupo distinto e agem contra o mesmo.

Corrigan (2004) identificou três componentes sociocognitivos inerentes ao estigma aplicado noutro tipo de problemáticas, em relação à saúde mental – os estereótipos, que consistem na ideia pré-definida relativamente a um determinado grupo social; o preconceito, que consiste numa resposta cognitiva e afetiva; e a discriminação que consiste na reação comportamental (Ainlay & Crosby, 1986; Corrigan et al., 2012; Link & Phelan, 2001; Michaels et al., 2017).

Importa referir que o estigma pode ser considerado autoestigma ou hetero-estigma. O autoestigma consiste na perda de autoestima e de autoeficácia consequente da internalização do hetero-estigma. Este último tem início em indícios específicos (e.g., sintomas, défices de competências sociais, aparências, rótulos) que conduzem aos estereótipos. Este processo torna-se fulcral para as condições psicológicas dos indivíduos estigmatizados, visto terem consequências a esse nível, tais como, diminuição da autoestima, do autoconceito, da autoeficácia, da perceção de depreciação, de sentimentos de culpa e de autoreprovação (Corrigan, 1998; Corrigan et al., 2006; Kanter et al., 2008; Link & Phelan, 2001). Esta caracterização leva a implicações práticas na vida dos jovens, tais como as perspetivas limitadas de recuperação e restrição das redes sociais (Corrigan, 1998; Corrigan et al., 2006).

A compreensão da experiência de estigma por jovens ativistas de género torna-se pertinente, uma vez que associado ao estigma tende a estar presente a ideia de perda de estatuto e a discriminação desencadeadas por estereótipos negativos (Link & Phelan, 2001). Neste sentido, a literatura tem indicado que os jovens ativistas são caracterizados diversas vezes como passivos em atividades práticas e/ou comunitárias pertinentes (Cunningham & Rious, 2015).

Assim, Crocker, Major e Steele (1998) entendem que o estigma é um componente-chave dos processos de exclusão social, uma vez que, quase que por definição, os indivíduos que são estigmatizados são avaliados negativamente, tornando-se mais vulneráveis à exclusão social. Por sua vez, Leary e Schreindorfer (1998) afirmam que os indivíduos são estigmatizados e excluídos socialmente na medida em que são considerados uma ameaça para

os outros, contribuem inadequadamente para o bem comum, não vão de encontro às normas previamente estabelecidas pela sociedade e/ou induzem emoções aversivas noutras pessoas.

Moses (2010) realizou um estudo, com 56 jovens, com o objetivo de explorar as percepções dos jovens relativamente à experiência de estigma devido a problemas de saúde mental por parte da família, pares e funcionários da escola. No que diz respeito às conclusões, o autor que referiu que a maior parte dos participantes (62%) experienciou estigma nas relações com os pares, que conseqüentemente levou a perdas e transições de amizades; alguns participantes referiram não experienciar estigma, sendo que socializavam com indivíduos parecidos, como evitamento da experiência de estigma; 46% dos participantes descreveu experiência de estigma por parte da família, que, diversas vezes assumiu suposições injustificadas, desconfiança, evitação, pena e comentários negativos; 35% dos participantes referiram experiência de estigma por funcionários da escola, por os mesmos expressarem antipatia, evitação, expressão de medo e subestimação de competências; por último, 22% dos participantes afirmaram “tratamento diferenciado”, porém, interpretaram esse tratamento como positivo e de apoio. Embora o estudo mencionado não seja um estudo centrado na experiência de estigma de jovens em conflito pela desigualdade de gênero, poderá ajudar a refletir acerca da vulnerabilidade a que os jovens estigmatizados estão expostos e da associação deste com as questões de saúde mental.

Corrigan (1998) e Corrigan e Watson (2002) afirmam que uma das principais e mais prejudiciais conseqüências do estigma é a sensação de que não se pertença em pleno à sociedade, o que Amaral (1992) vem corroborar no seu estudo relativamente ao estigma percebido pelos jovens ativistas no geral, residentes no Brasil. Berger e colaboradores (2001), Link e colaboradores (2002) e Rosenfield (1997) concluíram que as experiências de estigma têm um impacto negativo na autoestima, na satisfação com a vida, na qualidade de vida e nas perspectivas de emprego de indivíduos com perturbações mentais. No mesmo sentido, estudos afirmam que a experiência de estigma é um forte preditor de baixa autoestima e de menor satisfação com a vida de reclusos prestes a serem libertados (LeBel, 2008) e de reincidência, numa amostra de indivíduos anteriormente detidos (LeBel et al., 2008); e as percepções de estigma têm um impacto prejudicial sobre o desempenho académico de afro-americanos e mulheres (Steele & Aronson, 1995) e sobre o tratamento de cuidados de saúde mental (Corrigan, 2004).

Assim, o envolvimento ativo dos jovens na sociedade é considerado um indicador de bem-estar psicológico, social e de sentido de pertença na sociedade (Cicognani et al., 2008; Prilleltensky, Nelson & Peirson, 2001). A contribuição dos jovens para a vida em comunidade

por meio da participação social, aumenta a autoeficácia, o controlo pessoal, as competências de liderança, o sentimento de coesão e a responsabilidade social (Smetana et al., 2006). O facto de estes jovens experienciarem estigma torna-os mais vulneráveis à exclusão social e são considerados uma ameaça para os outros, contribuindo inadequadamente para o bem comum, não vão de encontro às normas previamente estabelecidas pela sociedade e/ou induzem emoções aversivas noutras pessoas (Crocker, Major & Steele, 1998; Leary & Schreindorfer, 1998).

Do exposto, e considerando-se os aspetos referidos e dada a escassez de literatura em Portugal nesta temática, no presente estudo procurar-se-á explorar a experiência de estigma por parte dos jovens em conflito com a desigualdade de género.

3. Método

Neste estudo foi utilizada uma metodologia de cariz qualitativo, uma vez que privilegia a experiência individual e potencia a identificação de dimensões pertinentes para a compreensão de um fenómeno, preservando o todo e a sua complexidade (Richie & Lewis, 2003).

O presente trabalho tem como principal objetivo estudar a experiência de estigma num grupo de jovens portugueses ativistas para a igualdade de género, mais especificamente, pretende-se explorar a possível experiência de estigma dos participantes, bem como as dimensões em relação às quais sentiu ser estigmatizado; explorar fatores que poderão contribuir e/ou amplificar a experiência de estigma; e explorar o possível impacto da experiência de estigma.

Participantes

Neste estudo participaram 18 jovens pela igualdade de género, dos quais 13 mulheres com idades compreendidas entre os 17 e os 32 anos de idade. A Tabela 1 apresenta as principais características dos participantes do estudo.

Tabela 1 – Caracterização Sociodemográfica dos Participantes

	Idade	Género	Nacionalidade	Escolaridade	Estado Civil	Agregado Familiar
Agostinho	27	Masculino	Equatoriano	Licenciatura	Solteiro	Amigos
Cristiana	22	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Pai, mãe e 1 irmão(ã)
Elisabete	19	Feminino	Portuguesa	Ensino Secundário	Solteiro	Avós e tia
Florbela	22	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Pais
Francisca	25	Feminino	Portuguesa	Mestrado	Solteiro	Pai, mãe e 1 irmão(ã)
Guilhermina	23	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Mãe e 1 irmão(ã)
Lucas	31	Masculino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Namorado(a)
Luciano	29	Masculino	Brasileira	Mestrado	Solteiro	Amigos
Manuela	31	Feminino	Portuguesa	Ensino Profissional	Solteiro	Sozinha
Marília	17	Feminino	Portuguesa	3º Ciclo Completo (7º ao 9º ano)	Solteiro	Pais
Marlene	25	Feminino	Portuguesa	Mestrado	Solteiro	Namorado(a)
Micaela	20	Feminino	Portuguesa	Ensino Secundário	Solteiro	Pai, mãe e 1 irmão(ã)
Norberto	29	Masculino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Pai, mãe e 1 irmão(ã)
Renato	29	Masculino	Portuguesa	Mestrado	Solteiro	Pai, mãe e 1 irmão(ã)
Rosário	24	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Mãe e namorado(a)
Rute	30	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Namorado(a)
Susana	32	Feminino	Portuguesa	Licenciatura	Solteiro	Namorado(a)
Teresa	22	Feminino	Portuguesa	Ensino Secundário	Solteiro	Pais

Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram uma ficha sociodemográfica e uma entrevista semiestruturada.

Ficha Sociodemográfica

A ficha sociodemográfica foi construída no âmbito do projeto PROMISE de forma a aceder às características sociodemográficas dos participantes em todos os países que integram o estudo. Em Portugal, e para este estudo, foram acrescentadas questões relevantes relacionadas com o contexto, do estudo de caso. Os dados recolhidos relacionavam-se com: 1) características sociodemográficas dos participantes e 2) agregado familiar e informações acerca da família.

Guião de entrevista semi-estruturada

Esta entrevista tem por base um guião de entrevista construído pela equipa coordenadora do projeto PROMISE. O guião foi adaptado em cada país, a cada estudo de caso etnográfico e tem como objetivo a compreensão mais aprofundada dos conflitos vivenciados pelos jovens, bem como as suas respostas aos mesmos.

O guião de entrevista está dividido em quatro secções.

A Secção 1 “Introdução/Aquecimento” tem como objetivos estabelecer relação com o/a entrevistado/a, a partir do “quebra-gelo” e explorar as representações dos/das jovens sobre os grandes temas do projeto. Os temas abordados estão relacionados com questões iniciais relativas ao/à entrevistado/a (e.g., “Como é o local onde vive atualmente?”); com questões gerais sobre a atividade na organização/ativismo, de modo a explorar o percurso anterior à organização/ativismo (e.g., “O que o/a motivou a tornar-se ativista nas questões de género? Aconteceu alguma coisa na sua vida que o/a levasse a tornar-se ativista nas questões de género? Quer contar-me?”) e a explorar a forma como se integrou na organização/ativismo (se não tiver sido referido nas questões anteriores) (e.g., “Há quanto tempo é que integra esta organização de forma ativa?”).

A Secção 2 “Identificação e caracterização de locais e efeitos do conflito e de estigma” tem como objetivo explorar as representações que os/as jovens têm sobre a juventude e possíveis conflitos experienciados pelos/as participantes. Os temas abordados estão relacionados com as representações dos/das jovens sobre os grandes temas do projeto (“juventude”, “conflito” e “participação”) de modo a explorar representações gerais sobre os jovens, áreas de problema/dificuldade e oportunidade com base em conflitos e estigma e o papel de “outros” (e.g., “Como é ser jovem atualmente no Porto? E em Portugal? Porquê?”); e explorar a variabilidade das representações sobre a juventude em função do género e da geração (e.g., “Em Portugal, em que tipo de situações é que a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres é mais evidente? Porque é que acha que isso acontece?”). Outro tema abordado nesta secção é a identificação e caracterização de áreas de conflito do/a entrevistado/a de modo a explorar áreas de problemas/dificuldades do/a entrevistado/a, bem como as suas causas e consequências e o possível estigma associado e o papel de “outros” (e.g., “Qual o impacto que essas desigualdades tiveram na sua vida?”) e a explorar o estigma associado a problemas/dificuldades identificadas (e.g., “Alguma vez o/a trataram como se fosse diferente? Pode explicar melhor? Alguma vez sentiu que as outras pessoas o/a olhavam de lado por ser ativista nas questões de género?”).

A Secção 3 “Compreensão das respostas ao conflito” tem como objetivos explorar as

respostas dos/das jovens aos problemas/dificuldades que experienciam e explorar em particular as respostas que surgem pelo facto de o/a jovem estar nesta organização ou fazer parte deste movimento. Os temas abordados consistem em explorar a resposta específica na organização/ativismo de modo a explorar a vivência decorrente de estar integrado/a neste tipo de organização/ativismo e o impacto na vida do/a entrevistado/a, bem como explorar aspetos decorrentes da resposta em si (e.g., “Sente que é ouvido/a em relação às desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres? Se sim, por quem?”) e a explorar ideias sobre as perceções de outras pessoas acerca da resposta do/a entrevistado/a (e.g., “Como é que os seus familiares e amigos reagem ao facto de ser um/uma ativista nas questões de género? Gostava que reagissem de forma diferente?”). Outro tema abordado nesta secção consiste em explorar respostas gerais da juventude a situações de conflito de modo a explorar as perceções gerais relativas às respostas dos/das jovens (e.g., “Até agora falámos da forma como intervém na sociedade. E os outros jovens? O que é que acha que fazem para ultrapassar os problemas/dificuldades que têm? E para intervir na sociedade? Há muitos/muitas jovens envolvidos/as neste tipo de iniciativa (ou noutras)?”).

Por último, a Secção 4 “Transferência de experiências” tem como objetivo explorar quais e como possíveis experiências e respostas poderão ser “transferidas” para outros jovens. O tema abordado nesta secção relaciona-se com o benefício e visibilidade das respostas do/a entrevistado/a, de modo a explorar ideias sobre as formas como o ativismo nas questões de género pode ajudar outros/as jovens e o modo como pode ser disseminada (e.g., “Pensa que o que faz, faz diferença na sociedade? De que forma?”).

Procedimentos

i. Recolha de dados

De forma a proceder à recolha de dados, obteve-se um parecer positivo da Comissão de Ética da Universidade Católica Portuguesa e da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Solicitou-se, também, um consentimento informado de cada participante, sendo que, no caso de estes serem menores também foi solicitado o consentimento informado ao responsável parental ou representante legal. Foi garantida a confidencialidade dos mesmos e o anonimato dos jovens, tendo sido atribuído um nome fictício a cada jovem.

As entrevistas foram realizadas de julho a dezembro de 2017 por dois investigadores. O tempo médio de duração de cada entrevista foi de 63 minutos. Os investigadores procuraram sempre que possível realizar as entrevistas pessoalmente num local escolhido pelo

participante, mas nos casos em que tal não foi possível, as entrevistas foram realizadas via Skype.

ii. Tratamento de dados

No que diz respeito ao tratamento dos dados qualitativos, inicialmente, as entrevistas foram transcritas e, de seguida, foram codificadas pela equipa de investigação, seguindo a árvore de categorias proposta pela equipa coordenadora. É relevante referir que podiam ser propostas novas categorias, sempre que se justificasse, isto é, a árvore de categorias proposta servia de base ao processo de categorização, podendo ser modificada consoante o estudo de caso. Neste sentido, procedeu-se à leitura flutuante de todas as entrevistas, posteriormente identificaram-se os excertos dos discursos considerados pertinentes para o estudo e procedeu-se à codificação dos mesmos.

A análise dos dados utilizada foi a semi-indutiva pois, apesar de ser baseada nos princípios da *Grounded Theory*, considerou-se previamente uma estrutura de categorias, mas manteve-se em aberto a possibilidade de alterações e de surgirem novas categorias, como anteriormente referido. Após o processo de codificação, foram selecionadas e analisadas as categorias consideradas pertinentes para o presente estudo (Anexos I). Todo o processo de análise de dados qualitativos teve como suporte a utilização do *software* N-VIVO11® (Richie & Lewis, 2003).

Importa referir que a partir da análise das entrevistas resultaram várias categorias, contudo, e tendo em conta os objetivos do presente estudo, foram reportadas três categorias que incluem informação de apenas uma parte das entrevistas.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Neste ponto serão apresentados e discutidos os resultados seguindo a ordem dos objetivos do estudo. O sistema de categorias completo encontra-se no Anexo II.

Com o objetivo de obter uma leitura mais clara, as categorias de 1ª ordem serão apresentadas a **negrito** e as categorias de 2ª ordem serão apresentadas a sublinhado.

Experiência de estigma

No que concerne à **Experiência de estigma** (18 fontes/122 referências), todos os participantes envolvidos neste estudo identificaram este tipo de experiência.

A totalidade das jovens (13 fontes/32 referências) realçaram experiências de estigma pelo facto de serem mulheres (“*Ah... sinto em que se calhar, em coisas, as quando éramos mais nova, quando eu era mais nova, és rapariga não podes fazer isto, ou és rapariga tens que aquela história das cores e dos jogos e das brincadeiras... tudo isso. (...) até hoje, quando me dizem tu és rapariga tu não és capaz de fazer isso, e eu, por exemplo, em casa, um exemplo, estou a ajudar o meu pai e ele diz, ai tu não, vou chamar o teu irmão, eu fico, então, mas porquê? (...) mas de certa forma, esses estereótipos, esses preconceitos muito ligados ao género e e... és rapaz, és assim, és menina és assim... que que lá está, aquela lição quadrada sobre as coisas... e eu senti isso durante a minha adolescência, durante a minha infância e às vezes ainda sinto ainda agora, e são essas coisas que de certa forma ridicularizam, ridicularizam e fazem-me sentir inferior.*” Micaela, 20 anos). Por outro lado, um participante do género masculino (1 fonte/1 referência) reportou experienciar estigma por ser homem (“*//Geralmente, não em geral, mas como se tem um pensamento de que mulher é mais empática, de que entende mais, esse tipo de coisa, é tipo “Ah, você é homem, e tal coisa, você vai me atender” Eu digo “Sim” “Mas você vai me entender” Eu digo “por que não?” Né?”* Agostinho, 27 anos).

As experiências de estigma associadas ao facto de serem jovens (9 fontes/20 referências) são, igualmente, realçadas nas narrativas destes jovens (“*//Sinto às vezes, pessoas mais velhas, só se eu mostrar que realmente sou uma pessoa séria e que sei ter conversas sérias... mesmo nos almoços de família só quando eu realmente estou inserida e na verdade faço contribuições que considerem válidas é que me levam a sério, se não às vezes somos um bocado postos de parte. “Tu és uma criança”.*” Florbela, 22 anos).

Com a mesma representatividade, nove participantes (28 referências) associaram a nacionalidade, a raça e a etnia a experiências de estigma. Assim, cinco participantes (8 referências) associaram a experiência de estigma à sua nacionalidade (“*Primeiro, porque querendo ou não tem xenofobia nesse país, né? E pra alguém que tem sotaque brasileiro, ainda mais então, quando eu ouço algum comentário, misógino ou coisa desse estilo, sim, me da vontade de falar e dizer “Tu não pode dizer isso” ou “Como assim?” Gostaria de falar*

sobre isso, mas, eu tenho visto muitas vezes que por ser brasileiro, ou ter sotaque brasileiro eu já tomo uma postura completamente diferen... Defensiva, que é obviamente natural, né?” Agostinho, 27 anos). Também cinco participantes (7 referências) referiram experiência de estigma devido à raça (“Das mulheres negras, eu não sei se tá assim tão evoluído, até mesmo imigrantes, podemos dizer imigrantes também, não sei até que ponto acho que a mulher negra ainda é vista como a empregada doméstica, sim. Agora...” Manuela, 31 anos). E, finalmente, foi possível identificar nos discursos de quatro participantes (6 referências), experiências de estigma devido à sua etnia (“Mesmo as pessoas que uma pessoa lida diariamente e que sabe que não são pessoas racistas na realidade fala-se de ciganos e acabou, os ciganos é abaixo de cão.” Marlene, 25 anos).

Menos de metade do grupo de participantes identificou outras experiências de estigma, tais como o ativismo de género e a orientação sexual.

Assim, identificaram-se nas suas narrativas experiências de estigma associadas ao ativismo de género (8 fontes/23 referências) (“Porque se eu, não me interessa se 10 pessoas tão a dizer se eu sou maluca por estar, é cansativo, extremamente cansativo ter de lidar constantemente com “ai mas isso já não é preciso” “isso já era, já era de outro tempo”. Mas por outro lado esta, esta oposição também significa muito, não é?” Francisca, 25 anos) e à orientação sexual (6 fontes/12 referências) (“Ainda não, em termos de relacionamentos é muito difícil ser-se jovem LGB porque não podemos exprimir as nossas emoções e sentimentos sem pensarmos em quais poderão ser as consequências, sem pensarmos no espaço onde estamos. Isto no [nome de cidade em Portugal], a questão é frequente, podemos ser, por exemplo, LGB na discoteca LBG à sexta-feira à noite ou à porta da discoteca, mas se já formos para a rua paralela, já pode ser perigoso, pode significar recebermos uma agressão verbal ou física. Enquanto participantes LGBT, as dificuldades, infelizmente, são maiores ainda, porque enquanto a orientação sexual é algo que não é visível, a não ser que estejamos a expressá-la com outra pessoa, a identidade de género pode ser, porque a nossa expressão de género pode ser ambígua, pode ser não normativa, pode ser identificada por outras pessoas como não cisgénero e isto leva a bastantes situações de discriminação e que são muito danosas para a saúde mental do indivíduo.” Lucas, 31 anos).

O género e a nacionalidade, etnia e raça foram as categorias que mais se realçaram relativamente às experiências de estigma. De facto, catorze participantes referiram experienciar estigma relativamente ao género, sendo que um participante era do sexo

masculino e os restantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 19 e os 31 anos de idade. Os participantes que mencionaram experiência de estigma em relação à nacionalidade, etnia e raça foram nove, três do sexo masculino e seis do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 22 e os 31 anos.

Relativamente ao género, de facto, as experiências de estigma ao longo dos percursos de vida dos participantes estão presentes nos discursos analisados. A pressão social para que sejam internalizados guiões de ação de acordo com o género, influencia a forma como se percecionam e poderá influenciar as tomadas de decisão no futuro. Uma das participantes refere pressão relativamente às mulheres agirem como “raparigas” ao longo do seu percurso de vida, conjuntamente com a sensação de ridicularização do papel feminino, este fenómeno poderá conduzir a uma perceção de inferioridade. Desta forma, os dados parecem ir de encontro ao que a literatura tem evidenciado, nomeadamente quando ao facto de que os papéis de género reforçados desde a infância parecem ter um impacto marcadamente negativo, nos dois géneros (Kågesten et al., 2016). Deve ainda refletir-se sobre o estigma associado ao cumprimento de tarefas que socialmente estão associadas com um dos géneros. A ideia de incapacidade para a ajuda em tarefas tipicamente masculinas foi identificada pelos participantes, mas torna-se relevante refletir acerca do impacto que esta noção poderá ter tido no passado e tem atualmente na forma como os jovens ativistas de género se definem. O impacto do estigma é com frequência insidioso, contudo, existem estudos que referem como tal, repercussões visíveis na estrutura social (Bian et al., 2017).

É de referir igualmente que a maioria das participantes afirma experienciar estigma, relativamente ao género, no local de trabalho e em contexto familiar. Na mesma linha, este fenómeno pode ocorrer devido ao facto de os locais de trabalho e os familiares (sendo indivíduos mais velhos, tendo crescido noutra época e tendo tido outra educação) ainda estarem muito ligados aos estigmas associados ao facto de que a mulher não é considerada apta para certos trabalhos e para lidar com diversas situações familiares.

Observou-se o facto de apenas um participante masculino referir experiência de estigma no que diz respeito ao género, talvez por se verificar um maior número de participantes do sexo feminino, reduzindo, deste modo, as hipóteses de comparação. As experiências de estigma percecionadas por ser homem reforçam a existência de uma noção que prevalece de que os homens são menos empáticos do que as mulheres. Existe alguma tendência social para reforçar normas de uma masculinidade estereotipada e muitas vezes tóxica, valorizando competências relacionadas com destreza física/intelectual, afastando o género masculino de tarefas e funções historicamente mais femininas, como profissões

voltadas para o cuidado do outro (Kågesten et al., 2016; Reskin & McBrier, 2000).

Por sua vez, no que respeita à nacionalidade, raça e etnia, os participantes focam-se maioritariamente na experiência de estigma de indivíduos de origem brasileira, de indivíduos negros e da etnia cigana. Os participantes que especificaram estas variáveis foram seis, com idades compreendidas entre os 22 e os 31 anos, sendo que, quatro dos participantes são de nacionalidade portuguesa e dois são de nacionalidade equatoriana e brasileira. Importa referir que os discursos destes últimos são focados em si e em experiências próprias.

Segundo os discursos de dois participantes, nomeadamente, o Renato e a Rute, com 29 e 30 anos de idade respetivamente, o caso do racismo em Portugal é ainda caracterizado por grandes paradoxos e por estigmas disfarçados, isto é, por exemplo, muitas das mulheres negras que chegam a Portugal ocupam-se de trabalhos informais, mal remunerados e diversas vezes direcionados para tarefas domésticas. Os participantes afirmam, de igual modo, que os indivíduos de etnia cigana têm sido alvo de elevado estigma. As categorias minoritárias alvo de estigma, sobretudo indivíduos africanos e ciganos, têm sido associados a problemas como a criminalidade, o desemprego, o tráfico de droga, a economia paralela, o sentimento de insegurança e a novos custos sociais (Vala, Brito & Lopes, 2015).

As experiências referidas podem ser explicadas pelo facto de, fora a população maioritária (portugueses caucasianos), os indivíduos de nacionalidade brasileira, os indivíduos negros e de etnia cigana, parecem residir em Portugal em maior número do que outras nacionalidades, raças e etnias. De facto, existem estudos relativos ao racismo diretamente relacionado com indivíduos negros, à estigmatização de indivíduos de etnia cigana e de indivíduos de nacionalidade brasileira. Em forma de exemplo, segundo Machado (2001), a maioria dos portugueses inquiridos não se considera racista. Contudo, mais de 40% dos participantes consideram que o racismo é uma atitude muito comum em Portugal, tendo na sua rede social, indivíduos racistas. Acresce-se ainda que 40% dos portugueses não gostaria de morar perto de um bairro maioritariamente negro e 70% não gostaria de morar perto de um acampamento de ciganos (Machado, 2001). Em Portugal, no entanto, não foram ainda exploradas as perceções e atitudes dos portugueses relativamente a estrangeiros ou portugueses negros (Vala et al., 2015). Importa referir novamente que apenas dois participantes têm nacionalidades diferentes, sendo que os mesmos referem as experiências de estigma (e.g., brasileiro), reforçando um papel ativo da sua parte no combate a estas perspetivas.

De facto, as experiências de estigma mais referidas pelos participantes foram em

relação ao género e em relação à nacionalidade, etnia e raça. Contudo, outras categorias foram consideradas relevantes e mencionadas pelos participantes como pertinentes e preocupantes para as experiências de estigma, nomeadamente o ativismo, serem jovens e a orientação sexual.

No que concerne às experiências de estigma por estar envolvido no ativismo, os participantes afirmaram sentirem-se incompreendidos no que diz respeito à sua participação nestas dinâmicas. Uma participante chega mesmo a referir que foi apelidada de “maluca” e que ouviu diversas vezes que a sua participação, em tempos, foi algo considerado necessário, mas que não tem aplicação na realidade atual. Como propõe Banyard (2010), existe uma ilusão de que as lutas feministas já não são necessárias, devido às mudanças nas últimas décadas. Esta ideia leva a uma reflexão relativamente à hipótese de poder ser um fator de risco para o desenvolvimento de sentimentos de inutilidade e desvalorização das jovens ativistas pela desigualdade de género. Os jovens portugueses tornaram-se mais conscientes dos desafios que o sexo feminino enfrenta e, apesar de assumir formas menos estruturadas e mais individualizadas, o envolvimento de jovens em iniciativas culturais e sociais tem vindo a crescer (Pappámikail, 2011).

Relativamente aos jovens experienciarem estigma por serem jovens, os participantes mencionaram o facto de se sentirem inferiorizados, pouco credíveis e valorizados, e até não serem ouvidos, maioritariamente pelos mais velhos, incluindo família, professores ou familiares das suas redes sociais. É possível que a experiência de estigma seja originária pelo facto de, normalmente, os jovens serem vistos como pouco ativos, associados a comportamentos desviantes, problemáticos, conflituosos e de rebeldia (Freire Filho, 2007). Portanto, a generalidade dos jovens, acaba por ser vista de forma negativa e ocorre a desvalorização dos assuntos que defendem (Cunningham & Rious, 2015).

Deve aqui ser tida em consideração a possibilidade de existirem outros fatores influenciadores em concordância com o facto de serem jovens como, por exemplo, questões ligadas ao género ou ao facto de ser ativista. Assim sendo, deve ser adotada uma lente interseccional para compreender os fenómenos do estigma e se efetivamente o único fator influenciador da experiência de estigma, nesta perspetiva, é o facto de serem jovens (Brah & Phoenix, 2004). De facto, o acumular de características podem culminar na estigmatização, sendo então de bastante relevância abordar especificamente a questão de interseccionalidade. Isto é, estes jovens são jovens ativistas de género, logo é necessário refletir se efetivamente a experiência de estigma é originária pelo facto de serem jovens ou se está associada ao facto de serem ativistas.

Por sua vez, a experiência de estigma devido à orientação sexual é referida por seis participantes, maior parte das vezes relativamente à homossexualidade. A orientação sexual homossexual foi associada pelos participantes a uma minoria sexual que experiencia estigma (Kertzner, Meyer, Frost & Stirrat, 2009) e são lhe associados elevados níveis de *stress* e ansiedade (Pereira & Leal, 2002). Os participantes referiram o receio em expressar a sua orientação sexual devido possivelmente às atitudes e pensamentos da sociedade perante essa revelação; e, também, as agressões físicas e verbais a que são sujeitos se se tentarem integrar na sociedade, sem terem de estar limitados a locais específicos, onde não reconhecem qualquer perigo/medo.

Fatores que contribuem e/ou amplificam a experiência de estigma

Os participantes referiram diferentes fatores que, na sua perspetiva, podem contribuir e/ou amplificar a experiência de estigma. Assim, a maioria dos jovens realçaram **Fatores de Risco e Proteção para as Experiências de Estigma** (11 fontes/78 referências).

No que diz respeito aos Fatores de Risco (11 fontes/52 referências), a maioria dos participantes referiu fatores como o género (10 fontes/20 referências) (“*Mulheres hoje em dia sofrem muito, justamente por isso, é irrespeito, né? É, são anos de, que vocês, mulheres, né? Em geral, não são respeitadas (...) Então, não só por diferença de emprego, ou por diferença de dinheiro, mas no dia-a-dia, né?//*” Agostinho, 27 anos).

O nível socioeconómico emergiu de seis participantes (8 referências) (“*//mesmo a níveis financeiros, todos esses participantes vão sofrer mais dificuldades e quer seja de preconceito, discriminação//*” Teresa, 22 anos),

A interseccionalidade (6 fontes/6 referências) foi também realçada pelos participantes (“*Também pensarmos, é o que nós chamamos das duplas discriminações. Se, imagine, um homem gay tiver HIV, vai ser tratado e se as pessoas souberem disso, vai ser completamente discriminado em relação, em comparativamente a outro gay que não tenha VIH.*” Lucas, 31 anos).

Quatro participantes salientaram, também, como fatores de risco para a experiência de estigma a orientação sexual (8 referências) (“*todos os jovens que se incluem em minorias, quer seja de orientação sexual (...) vão sofrer mais dificuldades e quer seja de preconceito, discriminação, quer seja arranjar emprego também//*” Teresa, 22 anos) e a raça (4 fontes/6 fontes) (“*//“Quem de vocês sempre teve garantido uma comida, deem um passo a frente” Aí todos os brancos davam um passo à frente. “Quem cresceu com um pai e com uma mãe, deem*

um passo pra frente” (...) E terminaram que todos os brancos estavam na frente e todos os negros e latinos ficaram bem mais pra trás.” Agostinho, 27 anos).

Por último, apenas um participante reportou como fator de risco a nacionalidade (2 referências) (“//mesmo uma mulher brasileira (...) é muito mais complicado que para mim que sou um homem [nacionalidade de país na América]. Ninguém mexe comigo na rua (...) e para menina brasileira, as minhas amigas todas, não tem uma amiga que não tenha passado por essa situação//” Luciano), a etnia (1 referência) (“*Imagina se você é um homem cigano você vai ter problemas, se é uma mulher cigana muito mais.*” Luciano, 29 anos) e as ideias políticas (1 referência) (“//disseram qualquer coisa sobre política e os pais da minha namorada avisaram olha que ela é [tipo de orientação política], [tipo de orientação política] ferrenha. (risos) E eles fizeram logo ohhh... ficaram muito assustados (...) Ainda há esta ideia de que o [tipo de orientação política] ainda é uma pessoa um bocado assustadora, e suponho que isso se alastre também ao ativista, é uma pessoa que é inconformada, incapaz de ter uma conversa ah... sensata e sem se exaltar e tal. E eu contrario um bocado todas essas coisas, mas as pessoas ficam um bocadinho com o pé atrás quando percebem aquilo em que eu acredito//” Rute, 30 anos).

Relativamente aos Fatores de Proteção das experiências de estigma (7 fontes/26 referências) identificados nos discursos dos jovens, emergiram, de igual modo, diversos fatores.

Seis participantes realçaram o género (11 referências) (“//quando um homem se olha ao espelho, ele vê um ser humano, não é? É norma, ele vê, uma face neutra, é um homem, nós quando nos vemos ao espelho, vemos uma mulher que é tudo menos a norma do ser humano, não é? Toda a nossa vivência é pautada por uma coisa que não é aquilo que devíamos ser normativamente.” Rute, 30 anos) e cinco a raça (7 referências) (“O mais privilegiado é o homem branco.” Manuela, 31 anos).

O nível socioeconómico emergiu, igualmente, nos discursos (3 fontes/4 referências) (“//tenho privilégio de classe//” Rute, 30 anos), bem como a orientação sexual (2 fontes/3 referências) (“//mesmo no quadro que eu me encaixo como minoria, eu ser gay, eu sou privilegiado porque eu sou gay.” Luciano, 29 anos) e a interseccionalidade (1 fonte/1 referência) (“//é sempre esta questão da interseccionalidade, ou seja, o facto de eu ser branco classe média ou média alta, não ter nenhuma deficiência faz com que a minha vida seja mais facilitada do que se eu tiver algum tipo de deficiência, se eu pertencer a uma classe social socioeconómica com maiores dificuldades (...)para além de serem participantes que já torna

a vida muito mais complicada, sobrepõem estas outras camadas de discriminação que complicam.//” Renato, 29 anos).

Os discursos dos participantes evidenciam que efetivamente são diversos os fatores protetores e de risco de experiência de estigma. O que para uns participantes é identificado como um fator protetor, para outros é identificado como um fator de risco. Por exemplo, o género é considerado um fator de risco quando relacionado com o sexo feminino, mas por outro lado, é considerado um fator de proteção quando relacionado com o sexo masculino. Esta afirmação pode estar relacionada com o facto de o sexo feminino estar ainda muito sujeito a experiências de estigma, tendo em conta as desigualdades de género ainda persistentes relativamente ao sexo feminino.

Importa referir que foram mencionados oito fatores de risco e cinco fatores de proteção. De facto, podemos afirmar que foram elencados mais fatores de risco do que de proteção, talvez pelo facto de as experiências dos jovens serem identificadas maioritariamente como negativas, sendo, então, os fatores de risco percecionados com maior fluidez do que os de proteção.

Como os participantes descrevem, as minorias vêm-se, com elevada frequência, mais desprotegidas e como alvos de comportamentos potencialmente danosos por parte de elementos da sociedade. Em forma de exemplo, os brasileiros em Portugal, particularmente as mulheres, vêm-se alvo de elevado estigma por ambos os géneros, sendo-lhes atribuídas características percebidas como negativas, particularmente na forma como expressam a sua sexualidade (Neves, 2010).

Nesta linha, os discursos dos participantes conduziram até à interseccionalidade. A posição social dos indivíduos é produzida pela combinação de diversas variáveis, como o género, a raça, o nível socioeconómico e a ausência de alterações físicas e mentais. Numa perspetiva de interseccionalidade, as trajetórias dos indivíduos não são definidas pela sua condição apenas de homem/mulher, branco/negro ou de trabalhador/proprietário, ou seja, não é apenas a experiência de um componente da sua identidade que define a trajetória, mas sim um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens (Biroli & Miguel, 2015). É o caso da comunidade LGBT, como minoria, que é alvo de profunda estigmatização (Pereira & Leal, 2002), sendo um fator referido pelos participantes. Acresce que a homossexualidade, em conjunto com a presença de VIH, conduz a maior estigmatização, sendo esta noção é corroborada pela literatura, em que é identificada uma cisão na comunidade LGBT entre elementos HIV positivo e negativo, experienciando estigma face a pessoas HIV positivo, e,

consequentemente, uma tendência para o isolamento social das mesmas (Courtenay-Quirk et al., 2006).

Em forma de resumo, como referido anteriormente, a maioria dos entrevistados relatou ter experienciado estigma em algum momento da sua vida, seja devido ao seu gênero, à orientação sexual ou por serem ativistas. No entanto, segundo os participantes, sendo que a juventude é, geralmente, vista de forma negativa, é difícil identificar uma única razão para a experiência de estigma. Além disso, outras dimensões relevantes (e.g., nível socioeconómico, etnia, raça) foram mencionadas considerando-se como fatores de risco e/ou proteção para uma maior/menor experiência de estigma (interseccionalidade). De facto, este conceito, que é uma característica fundamental em alguns dos discursos (Brah & Phoenix, 2004), foi mencionado devido ao facto de os participantes estarem envolvidos no ativismo, cruzando-se com o facto de serem jovens. Referiram-se se igual modo ao conceito de interseccionalidade quando afirmam que o ser ativista feminista não é apenas sobre mulheres mas também sobre minorias. O modo como os jovens estão atualmente envolvidos no ativismo de género parece valorizar a interseção entre género, nível socioeconómico, etnia, idade e/ou nacionalidade (Cockburn, 2007; Krollokke & Sorensen, 2006). Em geral, pode-se afirmar que os discursos dos participantes reforçam o argumento dos autores Phoenix e Pattynama (2006) de que é necessário continuar a desenvolver a teoria da interseccionalidade ao abordar o género, sendo que ainda não é um conceito totalmente explorado e necessita de ser esclarecido e estudado em todos os âmbitos com que se relaciona (e.g., nacionalidade, nível socioeconómico, raça, etnia).

Impacto da experiência de estigma

No que diz respeito ao **Impacto da Experiência de Estigma**, apenas quatro participantes (12 referências) o identificaram.

Assim, emergiram nos discursos de três jovens o impacto psicológico (5 referências) decorrente da experiência de estigma. O impacto psicológico sentido pelo próprio foi mencionado por três participantes, dois dos quais do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 24 e os 31 anos. O impacto psicológico decorrente da experiência de estigma foi mencionado, nomeadamente através de sintomatologias depressivas (e.g., tristeza, ideação suicida, baixa autoestima), medo que sentem em relação a exprimirem-se livremente em relação às suas próprias características, sentindo-se retraídos. Em relação ao impacto psicológico nos outros, apenas foi mencionado por um participante do sexo masculino (1

referência), o qual também referiu impacto psicológico relativamente a si (2 referências). Este participante mencionou as questões de saúde mental, o suicídio, a ideação suicida e a omissão da orientação sexual (*“As pessoas LGBT têm propensão para depressões, para baixa-autoestima, para falta de confiança e tentativas e suicídios. Isto quer dizer muita coisa, não é? Não podemos dizer que existe igualdade de oportunidades porque há partida começamos com algo que nos barra muita coisa que é, pode ser a saúde mental. Mesmo que alguém seja saudável, mas tenha baixa-autoestima, as suas escolhas na vida e as suas oportunidades já vão ser muito filtradas, não é?”* Lucas, 31 anos).

O impacto social (3 fontes/3 referências) decorrente da experiência de estigma foi também identificado nos discursos dos participantes, tendo sido mencionada a exclusão social experienciada por eles próprios aquando a exposição das suas opiniões relativamente a temas como a orientação sexual e quando referem as suas próprias características, tais como, a sua orientação sexual e o seu género. De facto, é possível compreender que as opiniões e características elencadas pelos participantes não parecem ir de encontro às normas previamente estabelecidas pela sociedade, o que propicia a exclusão social destes jovens (*“//quando descobri que era gay foi algo muito chocante porque pensava que era o único gay em Portugal. (...) Então senti o isolamento, desespero, tristeza, pensar que era algo que só acontecia comigo//”* Lucas, 31 anos).

Observa-se um número reduzido de participantes que referiu o impacto das experiências de estigma tanto a nível psicológico como social, tendo apenas quatro participantes, em dezoito, mencionado o mesmo. Este facto pode estar relacionado com a falta de perceção dos jovens relativamente ao impacto das experiências de estigma, não conseguindo assim perceber e, conseqüentemente, identificar o impacto destas experiências na sua vida.

Segundo os participantes, as experiências de estigma têm impacto tanto a nível psicológico como social, isto é, os participantes assumiram sentimentos psicológicos e de exclusão social aquando a experiência de estigma por parte de outros. Este impacto pode ocorrer devido à internalização de critérios que os tornam sensíveis ao que outros consideram diferença. Portanto, e tendo em conta as repercussões que a experiência de estigma tem ao longo do percurso de vida de cada indivíduo, torna-se revelante avaliar de forma independente o impacto psicológico e social e, também, avaliar em simultâneo, com o objetivo de avaliar as conseqüências no indivíduo.

De facto, revela-se importante referir que o impacto psicológico pode levar ao impacto social, isto é, um indivíduo que experiencie estigma acarretando sintomatologia depressiva por consequência dessa experiência pode vir a ser excluído socialmente pelas diferenças avaliadas e identificadas pelo outro.

Através dos discursos foi possível verificar que a experiência de estigma tem impacto a diversos níveis, tais como a nível da orientação sexual, reafirmando a maior tendência para desenvolver problemáticas de saúde mental como depressão, suicídio ou ideação suicida e impacto severo ao nível da autoestima. De acordo com a literatura, indivíduos expostos a eventos *stressantes*, como experiências de estigma devido à orientação sexual, estão mais sujeitos a desenvolver isolamento social e emocional e, conseqüentemente, constituem-se conjunturas que permitem um elevado sofrimento mental e aumento do risco de suicídio (Dunn, Gonzalez, Costa, Nardi & Iantafii, 2014). Os estudos referem que, as experiências de estigma face à orientação sexual podem conduzir à internalização de estigma (autoestigma) e a uma não consolidação da identidade, considerando-se como um fator altamente preditivo para problemas de saúde mental, intimidade e comportamentos de risco face ao VIH/SIDA (Pereira & Leal, 2005).

Foram elencados alguns dos principais efeitos das experiências de estigma, nomeadamente ao nível da saúde mental, com uma maior propensão desta população para sintomatologia depressiva, baixa autoestima e ideação suicida, bem como a tendência para o isolamento social. Em forma de exemplo, no caso dos indivíduos homossexual, existe uma internalização de mensagens negativas face à orientação sexual muito antes de os próprios sentimentos de atração estarem definidos, o que, quando o processo de interiorização se inicia, já existe a influência destas mensagens (Pereira & Leal, 2002). Relativamente ao impacto social, as experiências de estigma face aos indivíduos homossexuais propiciam também um mau estar do ponto de vista social, com grande propensão para ao isolamento (Kertzner, Meyer, Frost & Stirrat, 2009). A revelação da orientação pode ser também adiada/evitada com receio da perceção social. O *coming out* é um fenómeno central, pois implica transformações intra e interpessoais que levam ao reconhecimento da identidade sexual (Pereira & Leal, 2005), sendo igualmente fundamental para o bem-estar social e emocional dos indivíduos. Muitas pessoas que se identificam como homossexuais crescem em isolamento emocional e muitas vezes social, o que possibilita o desenvolvimento de uma série de estigmas, com danos substanciais ao nível da autoestima (Nunan, Jablonski & Féres-Carneiro, 2010). No caso do autoestigma face à orientação sexual, pode ser usado o termo Homofobia Internalizada, definida por Meyer e Dean (1998) como o direcionamento de

atitudes sociais negativas para o *self* do indivíduo homossexual, levando à desvalorização desse *self* e a uma autoimagem empobrecida. Os discursos enfatizam os danos que as experiências de estigma face à orientação sexual podem ter na saúde mental do indivíduo e na clara sensação de insegurança face à expressão da sua orientação sexual em determinados contextos.

Por último, no que diz respeito à experiência de estigma, os jovens ativistas de género mencionam dois principais resultados, isto é, que encontram no estigma a motivação para continuar e trabalhar mais como ativistas e, também, por outro lado, que a experiência de estigma pode ter um grande impacto psicológico e social que interfere no *self* e na autoeficácia. O ativismo apresenta, ao lado de diversas dificuldades, uma fonte de sofrimento, no entanto, parece prevalecer como uma atividade vivida positivamente pelos jovens, que descrevem vários sentimentos de recompensa, gratificação e motivação para avançar e continuar (Matos et al., 2018).

5. Conclusões

A literatura centrada no estudo do envolvimento/participação social dos jovens é central para melhor compreender o que conduz os jovens ao envolvimento no ativismo, como potenciar a sua participação em iniciativas sociais e qual o papel que poderão desempenhar nas transformações sociais futuras.

O presente estudo procurou contribuir para o aprofundamento do conhecimento das experiências de estigma associadas aos jovens em conflito com as desigualdades de género. Este parâmetro é observável devido ao facto de os participantes identificarem experiências de estigma não apenas a nível do ativismo e do seu envolvimento no mesmo, mas sim a vários níveis da sua vida, nomeadamente ao nível do género, da nacionalidade, da raça e da etnia, por serem jovens e da orientação sexual. Contribuiu também para um melhor entendimento daqueles que são os fatores de risco e de proteção de experiências de estigma, tendo em conta que um fator de risco pode ser, de igual modo, considerado um fator de proteção, dependendo da experiência de cada indivíduo e da perceção que o mesmo tem sobre as experiências. No desenvolver deste entendimento, foi possível também explorar aquele que é o impacto psicológico e social de experiências de estigma nos jovens em conflito com a desigualdade de género.

No que diz respeito aos principais resultados deste estudo, os participantes experienciaram estigma a vários níveis, porém, mais frequentemente a nível do género e da

nacionalidade, etnia e raça; os fatores que contribuem e/ou amplificam as experiências de estigma são os fatores de risco, maioritariamente, o género; e, finalmente, o impacto das experiências de estigma mencionadas pelos participantes foi a nível psicológico e social não tendo sido observadas discrepâncias entre os dois.

Considerou-se como limitação deste estudo o facto de o guião de entrevista não ser totalmente direccionado para os objetivos deste estudo, tornando enriquecedor recolher, futuramente, relatos mais extensos sobre o impacto das experiências de estigma nos participantes, os tipos de estigma (autoestigma e hétero-estigma) e a interseccionalidade. O ativismo feminino não se foca apenas nos direitos das mulheres, incidindo também sobre minorias e outros elementos alvos de pressão social, pelo que o envolvimento de jovens em ativismo de género deve atribuir valor e relevância à interseção entre género, classe, raça, etnia, orientação sexual, nível socioeconómico, idade e nacionalidade (Cockburn, 2007; Krollokke and Sorensen, 2006). Tal reforça a premissa de Phoenix e Pattynama (2006), de que quando são pensadas as questões de género, a interseccionalidade tem de ser a perspetiva de base.

Seria oportuno, em estudo futuros, abordar mais especificamente as experiências de estigma face à saúde mental nos jovens em conflito com a desigualdade de género. Como descrito, o estigma tem impactos significativos ao nível da saúde mental, existindo maior propensão para sintomatologia depressiva, *stress* e ideação suicida, pelo que surge como uma área a ser amplamente explorada. Segundo a literatura, no que diz respeito aos efeitos dos acontecimentos *stressantes* sobre a saúde mental do indivíduo, Gore e Colten (1991) apresentam como moderadores deste processo, o contexto e as experiências passadas, as características pessoais e sociais, as mudanças de vida não normativas e as tensões, o suporte social (Canavarro, 1999) e as estratégias de *coping*.

Por último, surge como essencial explorar exaustivamente o ativismo jovem no nosso país, possibilitando a compreensão de como potenciar o envolvimento dos jovens em causas sociais e colocando em evidência as dificuldades que enfrentam.

O presente estudo torna-se relevante tanto para a sociedade como para a prática clínica na medida em que a literacia relativamente aos jovens em conflito com as desigualdades de género em Portugal é ainda escassa e contribui para uma compreensão mais alargada das experiências destes jovens e do impacto das mesmas ao longo da vida (Crocker, Major & Steele, 1998; Jones et al., 1984; Link & Phelan, 2001).

6. Referências bibliográficas

Ainlay, S. C., & Crosby, F. (1986). Stigma, justice, and the dilemma of difference. In *The dilemma of difference* (pp. 17-37). Springer, Boston, MA. doi:10.1007/978-1-4684-7568-5_2

Amaral, L. A. (1992). *Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). doi: 10.11606/T.47.1992.tde-18122013-094209

Arroteia, J. (2001). 'Aspetos da emigração portuguesa', *Revista Eletrónica de Geografia Y Ciencias Sociales*, 94. In <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-30.htm>, accessed at November 19, 2016.

Associação para o planeamento de família (2017). *Igualdade de género*. Consultado em: <http://www.apf.pt/violencia-sexual-e-de-genero/igualdade-de-genero>.

Banyard, K. (2010). *The equality illusion: The truth about women and men today*. Faber & Faber.

Barreto, A. (2002). *Tempo de Incerteza*, Lisboa: Relógio d'Água.

Berger, B. E., Ferrans, C. E., & Lashley, F. R. (2001). Measuring stigma in people with HIV: Psychometric assessment of the HIV stigma scale. *Research in nursing & health*, 24(6), 518-529. doi.org/10.1002/nur.10011

Bian, L., Leslie, S. J., & Cimpian, A. (2017). Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. *Science*, 355(6323), 389-391. doi: 10.1126/science.aah6524

Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 27-55. doi: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27

Brah, A., & Phoenix, A. (2004). Ain't IA woman? Revisiting intersectionality. *Journal of international women's studies*, 5(3), 75-86.

Canavarro, M. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos–BSI. In Simões, M., Gonçalves, M., & Almeida, L. (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (2), 95-109. Braga: APPORT/SHO.

Carrano, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*, 27, 83-99.

Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 253-268.

Checkoway, B., & Richards-Schuster, K. (2003). Youth participation in community evaluation research. *The American Journal of Evaluation*, 24(1), 21-33. doi: 10.1177/109821400302400103

Cicognani, E., Pirini, C., Keyes, C., Joshanloo, M., Rostami, R., & Nosratabadi, M. (2008). Social participation, sense of community and social well being: A study on American, Italian and Iranian university students. *Social Indicators Research*, 89(1), 97-112. doi: 10.1007/s11205-007-9222-3

Cockburn, C. (2007). *From where we stand: War, women's activism and feminist analysis*. Zed Books.

Corrigan, P. W. (1998). The impact of stigma on severe mental illness. *Cognitive and behavioral practice*, 5(2), 201-222. doi: 10.1016/S1077-7229(98)80006-0

Corrigan, P. W. (2004). How stigma interferes with mental health care. *American psychologist*, 59(7), 614. doi: 10.1037/0003-066X.59.7.614

Corrigan, P. W., Morris, S. B., Michaels, P. J., Rafacz, J. D., & Rüsch, N. (2012). Challenging the public stigma of mental illness: a meta-analysis of outcome studies. *Psychiatric services*, 63(10), 963-973. doi: 10.1176/appi.ps.201100529

Corrigan, P. W., & Watson, A. C. (2002). The paradox of self-stigma and mental illness. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 9(1), 35-53. doi: 10.1093/clipsy.9.1.35

Corrigan, P. W., Watson, A. C., & Barr, L. (2006). The self-stigma of mental illness: Implications for self-esteem and self-efficacy. *Journal of social and clinical psychology*, 25(8), 875-884. doi: 10.1521/jscp.2006.25.8.875

Courtenay-Quirk, C., Wolitski, R. J., Parsons, J. T., Gomez, C. A., & Seropositive Urban Men's Study Team. (2006). Is HIV/AIDS stigma dividing the gay community? Perceptions of HIV-positive men who have sex with men. *AIDS Education & Prevention*, 18(1), 56-67. doi: 10.1521/aeap.2006.18.1.56

Crenshaw, K. (1990). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, 43, 1241.

Crocker, J., Major, B., & Steele, C. (1998). Social stigma: the psychology of marked relationships. *The handbook of social psychology*, 2, 504-553.

Cunningham, M., & Rious, J. B. (2015). Listening to the voices of young people: Implications for working in diverse communities. *American Journal of Orthopsychiatry*, 85(6S), S86. doi: 10.1037/ort0000132

da Silva, M. S., Scarparo, H. B. K., & Strey, M. N. (2013). Por que não somos todas feministas? *Diálogo*, (22), 107-116.

Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist theory*, 9(1), 67-85. doi: 10.1177/1464700108086364

Dunn, T. L., Gonzalez, C. A., Costa, A. B., Nardi, H. C., & Iantaffi, A. (2014). Does the minority stress model generalize to a non-US sample? An examination of minority stress and resilience on depressive symptomatology among sexual minority men in two urban areas of Brazil. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(2), 117. doi: 10.1037/sgd0000032

Flanagan, C. A., & Sherrod, L. R. (1998). Youth political development: An introduction. *Journal of social issues*, 54(3), 447-456. doi: 10.1111/j.1540-4560.1998.tb01229.x

Freire Filho, J. (2007). *Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Mauad Editora Ltda.

Ginwright, S., Cammarota, J., & Noguera, P. (2006). *Beyond resistance!: Youth activism and community change: New democratic possibilities for practice and policy for America's youth*. Routledge Taylor & Francis Group.

Ginwright, S., Noguera, P., & Cammarota, J. (2006). Beyond Resistance! Youth Activism and Community Change: New Democratic Possibilities for Practice and Policy. *Children, Youth and Environments*, 16(2).

Gore, S., & Colten, M. E. (1991). Gender, stress, and distress. In *The social context of coping* (pp. 139-163). Springer, Boston, MA. doi: 10.1007/978-1-4899-3740-7_7

Heller, K., & Monahan, J. (1977). *Psychology and community change*. Dorsey.

Jackson, L. A., Fleury, R. E., & Lewandowski, D. A. (1996). Feminism: Definitions, support, and correlates of support among female and male college students. *Sex Roles*, 34(9-10), 687-693. doi: 10.1007/BF01551502

John, D. M., & Mayer, N. Z. (2017). Resource mobilization and social movements: A partial theory. In *Social movements in an organizational society* (pp. 15-42). Routledge.

Jones, E. E., Farina, A., Hastorf, A. H., Markus, H., Miller, D. T., & Scott, R. A. (1984). Social stigma: The psychology of sex differences.

Kågesten, A., Gibbs, S., Blum, R. W., Moreau, C., Chandra-Mouli, V., Herbert, A., & Amin, A. (2016). Understanding factors that shape gender attitudes in early adolescence globally: A mixed-methods systematic review. *PloS one*, 11(6), e0157805. doi: 10.1371/journal.pone.0157805

Kahne, J., & Westheimer, J. (1996). In the service of what? The politics of service

learning. *Phi Delta Kappan*, 77(9), 592.

Kanter, J. W., Rusch, L. C., & Brondino, M. J. (2008). Depression self-stigma: a new measure and preliminary findings. *The Journal of nervous and mental disease*, 196(9), 663-670. doi: 10.1097/NMD.0b013e318183f8af

Kertzner, R. M., Meyer, I. H., Frost, D. M., & Stirratt, M. J. (2009). Social and psychological well-being in lesbians, gay men, and bisexuals: The effects of race, gender, age, and sexual identity. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(4), 500-510. doi: 10.1037/a0016848

Kirshner, B. (2006). Power in numbers: The social formation of civic identities in a youth organizing campaign. *Paper presented en Society for Research on Adolescence, San Francisco, CA.*

Krolokke, C., & Sorensen, A. S. (2006). *Gender communication theories and analyses: From silence to performance* (No. 50). Sage.

Larson, R., & Hansen, D. (2005). The development of strategic thinking: Learning to impact human systems in a youth activism program. *Human Development*, 48(6), 327-349. doi: 10.1159/000088251

Leary, M. R., & Schreindorfer, L. S. (1998). The stigmatization of HIV and AIDS: Rubbing salt in the wound.

LeBel, T. P. (2006). *Invisible stripes? Formerly incarcerated persons' perceptions of and responses to stigma*. State University of New York at Albany.

LeBel, T. P., Burnett, R., Maruna, S., & Bushway, S. (2008). The chicken and egg' of subjective and social factors in desistance from crime. *European Journal of Criminology*, 5(2), 131-159. doi: 10.1177/1477370807087640

Link, B. G., Struening, E. L., Neese-Todd, S., Asmussen, S., & Phelan, J. C. (2002). On describing and seeking to change the experience of stigma. *Psychiatric Rehabilitation Skills*, 6(2), 201-231. doi: 10.1080/10973430208408433

Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. *Annual review of Sociology*, 27(1), 363-385. doi: 10.1146/annurev.soc.27.1.363

Machado, F. L. (2001). Contextos e percepções de racismo no quotidiano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (36), 53-80.

Matos, M., Branquinho, C., Cruz, J., Tomé, G., Camacho, I., Reis, M., ... Gomes, P. (2015). "Dream Teens"-Adolescentes Autónomos, Responsáveis e Participantes. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(2), 47-58.

Matos, R. (2016). Trajectories and identities of foreign national women: Rethinking

prison through the lens of gender and citizenship. *Criminology & Criminal Justice*, 16(3), 350-365. doi: 10.1177/1748895815603776

Matos, R., Carneiro, A., Martins, F., Campos, L., Ribeiro, L., & Negrão M. (2018). *Young gender activists* (case study report). Porto: CEDH – Research Centre for Human Development, Universidade Católica Portuguesa.

Melucci, A. (1989). *Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society*. Vintage.

Meyer, I. H., & Dean, L. (1998). Internalized homophobia, intimacy, and sexual behavior among gay and bisexual men. *Psychological perspectives on lesbian and gay issues*, 4, 160-186.

Michaels, P. J., López, M., Rüsçh, N., & Corrigan, P. W. (2017). Constructs and concepts comprising the stigma of mental illness. *Psychology, Society, & Education*, 4(2), 183-194. doi: 10.25115/psye.v4i2.490

Morgado, C., & Oliveira, I. (2009). Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. *EXEDRA: Revista Científica*, (1), 43-56.

Moses, T. (2010). Being treated differently: Stigma experiences with family, peers, and school staff among adolescents with mental health disorders. *Social science & medicine*, 70(7), 985-993. doi: 10.1016/j.socscimed.2009.12.022

Neves, S. (2010). Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e Interseccionalidade: Um estudo de caso. *Psicologia*, 24(2), 177-196.

Nunan, A., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2010). O preconceito sexual internalizado por homossexuais masculinos. *Interação em Psicologia*, 14(2).doi: 10.5380/psi.v14i2.12212

Offe, C. (1985). New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social research*, 52(4), 817.

Pappámikail, L. (2011). Juventude: Entre a fase da vida e o tempo de viver. *AN Almeida (edt.). História da vida privada em Portugal: Os nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores. i i.

Pereira, H. & Leal, I. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 20(1), 107-113.

Pereira, H., & Leal, I. P. (2005). A identidade (homo) sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. *Análise Psicológica*, 23(3), 315-322.

Pereira, M. D. M. & Santos, A. C. (2014). Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos para velhos e novos debates. *Ex aequo*, (29), 9-21.

Phoenix, A., & Pattynama, P. (2006). Intersectionality. doi: 10.1177/135050680606575

Precopio, R. F., & Ramsey, L. R. (2017). Dude looks like a feminist!: Moral concerns and feminism among men. *Psychology of Men & Masculinity*, 18(1), 78. doi: 10.1037/men0000042

Prilleltensky, I., Nelson, G., & Peirson, L. (2001). The role of power and control in children's lives: An ecological analysis of pathways toward wellness, resilience and problems. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11(2), 143-158. doi: 10.1002/casp.616

Rancière, J. (1992). Politics, identification, and subjectivization. *October*, 61, 58-64. doi: 10.2307/778785

Reskin, B. F., & McBrier, D. B. (2000). Why not ascription? Organizations' employment of male and female managers. *American sociological review*, 210-233. doi: 10.2307/2657438

Richie, J., & Lewis, J. (Eds.). (2003). *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers*. London: Sage Publications.

Rosenfield, S. (1997). Labeling mental illness: The effects of received services and perceived stigma on life satisfaction. *American Sociological Review*, 660-672. doi: 10.2307/2657432

Segun, E. O., Marilyn, S. B., & Victor, O. (2017). The protest factor in gender activism and gender scholarship: a behavioural explanation of the state of things. *Gender and Behaviour*, 15(4), 10039-10053.

Smelser, N. J. (2011). *Theory of collective behavior*. Quid Pro Books.

Smetana, J. G., Campione-Barr, N., & Metzger, A. (2006). Adolescent development in interpersonal and societal contexts. *Annu. Rev. Psychol.*, 57, 255-284. doi: 10.1146/annurev.psych.57.102904.190124

Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of personality and social psychology*, 69(5), 797.

The Children's Legal Centre. (2006). "*Youth Justice in Action*". Y Care International. Consultado em https://www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/000404.pdf.

Useem, B. (1998). Breakdown theories of collective action. *Annual Review of Sociology*, 24(1), 215-238. doi: 10.1146/annurev.soc.24.1.215

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (2015). *Expressões dos racismos em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Wandersman, A., & Florin, P. (2000). Citizen participation and community organizations. In *Handbook of community psychology* (pp. 247-272). Springer, Boston, MA. doi: 10.1007/978-1-4615-4193-6_11

Anexos

Anexo I – Árvore de categorias

1. Experiência de estigma

1.1. Gênero

1.1.1. Feminino

1.1.2. Masculino

1.2. Nacionalidade, etnia e raça

1.2.1. Nacionalidade

1.2.2. Etnia

1.2.3. Raça

1.3. Ativismo de gênero

1.4. Ser jovem

1.5. Orientação sexual

2. Fatores de risco e proteção para as experiências de estigma

2.1. Fatores de risco

2.1.1. Gênero

2.1.2. Nível socioeconômico

2.1.3. Orientação sexual

2.1.4. Raça

2.1.5. Nacionalidade

2.1.6. Etnia

2.1.7. Ideias políticas

2.1.8. Interseccionalidade

2.2. Fatores de proteção

2.2.1. Gênero

2.2.2. Raça

2.2.3. Nível socioeconômico

2.2.4. Orientação sexual

2.2.5. Interseccionalidade

3. Impactos psicológico e social de experiências de estigma

3.1. Impacto psicológico

3.2. Impacto social

Anexo II – Sistema de categorização

Categorias	Descrição	Fontes	Referências
1. Experiência de estigma	Codifica discursos referentes aos participantes que experienciaram estigma em algum momento da sua vida devido a características próprias, nomeadamente ao género; à nacionalidade, etnia e raça; ao ativismo de género; a ser jovem; à orientação sexual; e ao percurso académico. Codifica, também, discursos referentes à ausência de perceção de estigma pelos participantes.	18	122
1.1.Género	Codifica discursos referentes à experiência de estigma em função do seu género.	14	39
1.1.1. Feminino	Refere-se a discursos relativos à experiência de estigma das participantes por ser mulher.	13	32
1.1.2. Masculino	Refere-se a discursos relativos à experiência de estigma dos participantes por ser homem.	1	1
1.2.Nacionalidade, etnia e raça	Codifica discursos referentes à experiência de estigma dos participantes devido à sua nacionalidade, à sua etnia e à sua raça.	9	28
1.2.1. Nacionalidade	Refere-se a discursos relativos aos participantes que experienciaram estigma devido à sua nacionalidade.	5	8
1.2.2. Raça	Refere-se a discursos relativos aos participantes que experienciaram estigma devido à sua raça.	5	7
1.2.3. Etnia	Refere-se a discursos relativos aos participantes que experienciaram estigma	4	6

	devido à sua etnia.		
1.3.Ativismo de género	Codifica discursos relativos aos participantes que experienciaram estigma por estarem envolvidos no ativismo de género.	8	23
1.4.Ser jovem	Codifica discursos referentes aos participantes que experienciaram estigma por serem jovens.	9	20
1.5.Orientação sexual	Codifica discursos referentes aos participantes que experienciaram estigma devido à sua orientação sexual.	6	12

Categorias	Descrição	Fontes	Referências
2. Fatores de risco e proteção para as experiências de estigma	Codifica discursos referentes aos fatores de risco e proteção que influenciam as experiências de estigma, nomeadamente, o género, e nacionalidade, a etnia, a raça, a orientação sexual, o nível socioeconómico, a interseccionalidade e as ideias políticas.	11	78
2.1.Fatores de risco	Codifica discursos referentes aos fatores de risco para as experiências de estigma.	11	52
2.1.1. Género	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram o género como um fator de risco para as experiências de estigma.	10	20
2.1.2. Nível socioeconómico	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram o nível socioeconómico como um fator de risco para as experiências de estigma.	6	8
2.1.3. Orientação sexual	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a orientação sexual como um fator de risco para as experiências de estigma.	4	8
2.1.4. Raça	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a raça como um	4	6

	fator de risco para as experiências de estigma.		
2.1.5. Nacionalidade	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a nacionalidade como um fator de risco para as experiências de estigma.	1	2
2.1.6. Etnia	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a etnia como um fator de risco para as experiências de estigma.	1	1
2.1.7. Ideias políticas	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram as ideias políticas como um fator de risco para as experiências de estigma.	1	1
2.1.8. Interseccionalidade	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a interseccionalidade como um fator de risco para as experiências de estigma.	6	6
2.2.Fatores de proteção	Codifica os discursos referentes aos fatores de proteção para as experiências de estigma.	7	26
2.2.1. Género	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram o género como um fator de proteção para as experiências de estigma.	6	11
2.2.2. Raça	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a raça como um fator de proteção para as experiências de estigma.	5	7
2.2.3. Nível socioeconómico	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram o nível socioeconómico como um fator de proteção para as experiências de estigma.	3	4
2.2.4. Orientação sexual	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a orientação sexual como um fator de proteção para as experiências de estigma.	2	3
2.4.5. Interseccionalidade	Refere-se a discursos relativos aos participantes que mencionaram a interseccionalidade como um fator de proteção para as experiências de estigma.	1	1

Categorias	Descrição	Fontes	Referências
3. Impactos psicológico e social de experiências de estigma	Codifica discursos referentes aos impactos psicológico e social de experiências de estigma dos participantes e relatos de casos dos quais têm conhecimento.	4	12
3.1. Impacto psicológico	Codifica discursos referentes ao impacto psicológico que as experiências de estigma têm nos próprios participantes e nos outros.	3	5
3.2. Impacto social	Codifica discursos referentes aos discursos dos participantes relativamente ao impacto social que as experiências de estigma têm nos participantes.	3	3